



**ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA DA  
ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Por este instrumento particular:

(i) **Anhanguera Educacional Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na Alameda Maria Tereza, n.º 2.000, sala 6, bairro Dois Córregos, Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.310.392/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

(ii) **Anhanguera Educacional S.A.**, companhia com sede na Alameda Maria Tereza, n.º 2000, sala 01, bairro Dois Córregos, Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, CEP 13278-181, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.808.792/0001-49, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Fiadora")

(iii) **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**, sociedade de responsabilidade limitada credenciada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ/MF sob o n.º 50.657.675/0001-86, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 3ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da 3ª (terceira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em até duas séries, da Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Escritura", e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**DA AUTORIZAÇÃO**

1.1.A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2.Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de setembro de 2009, e re-ratificada na presente data, na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("RCA" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será deliberada pelo Conselho de Administração após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução da

Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM 400", respectivamente), bem como autorizou a Diretoria da Emissora a contratar o Banco Itaú BBA S.A., ("Coordenador Líder") para proceder à colocação pública das Debêntures.

**1.3** Reunião do Conselho de Administração da Fiadora ("RCA Fiadora") realizada em 3 de setembro de 2009, e re-ratificada na presente data, na qual foram deliberadas as condições da concessão de fiança para as Debêntures desta emissão.

## **DOS REQUISITOS**

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, em até duas séries, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias**

**2.1.1.** A ata de RCA que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 374.575/09-5 e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional. Adicionalmente, a ata da RCA da Emissora que re-ratificou, na presente data, a Emissão, está em fase de arquivamento na JUCESP sob o protocolo nº 846.566/09-6.

**2.1.2.** Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos da Cláusula 1.2 acima.

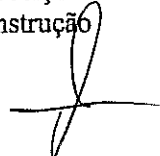
**2.1.3.** A ata da RCA da Fiadora que aprovou a assunção de obrigações decorrentes da fiança prestada pela Fiadora na Emissão foi devidamente protocolada na JUCESP, sob nº 0.801.365/09-0 em 15 de setembro de 2009. Adicionalmente, a ata da RCA da Fiadora que re-ratificou a prestação de fiança pela Fiadora será devidamente arquivada na JUCESP.

### **2.2. Inscrição da Escritura**

A presente Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.385/76") e da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400 e a Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471").



## 2.4.Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, respectivamente, (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BovespaFix”) (este último ambiente de negociação de ativos de renda fixa), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Emissão e da negociação das Debêntures.

## 2.5.Registro na ANBID

A Emissão será registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385/76, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis. O registro da Emissão será requerido por meio do Procedimento Simplificado instituído pela Instrução CVM 471, sendo a Emissão previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”) e da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e ANBID.

## DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

### 3.1.Valor Total

A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 3.8 desta Escritura, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas nos itens 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.

### 3.2.Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

### 3.3.Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em até duas séries (“Debêntures da 1ª Série” e “Debêntures da 2ª”

Série”), a serem decididas em comum acordo entre Emissora e Coordenador Líder após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. O número de Debêntures a ser alocado em cada uma das Séries será definido em conjunto com o Coordenador Líder, de modo que quaisquer das Séries poderão vir a não ser emitidas, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido) e Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido). Nos termos do artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado. Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures do Lote Suplementar e Debêntures Adicionais.




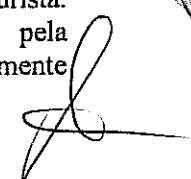

**3.3.1.** A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (“Opção de Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

**3.3.2.** A Emissora concederá ao Coordenador Líder uma opção para distribuição de um lote adicional de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelo Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Lote Suplementar”).

**3.3.3.** A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

#### **3.4. Forma**

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador, conforme abaixo definido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas no SND, extrato expedido pela CETIP que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.



### **3.5. Conversibilidade**

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

### **3.6. Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória da Fiadora.

### **3.7. Limite de Emissão**

A 3ª Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações tendo em vista que o capital social da Emissora na data de assinatura desta Escritura é de R\$ 1.032.481.293,85 (um bilhão, trinta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos).

### **3.8. Regime de Colocação**

O Coordenador Líder se compromete a estruturar a Emissão em regime de garantia firme de colocação até o limite de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder da Emissão. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas serão distribuídas sob o regime de melhores esforços.

### **3.9. Data de Emissão**

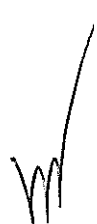


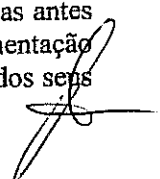

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 3 de novembro de 2009 ("Data de Emissão").

### **3.10. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBovespa, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&Bovespa e ao SDT.

### **3.11. Imunidade dos Debenturistas**

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



### 3.12. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### 3.13. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficará a Emissora sujeita ao pagamento de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4. e 5.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### 3.14. Mora do Debenturista

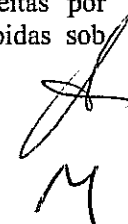
Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.11. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

### 3.15. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico", edição nacional e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

### 3.16. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob



protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

**Anhanguera Educacional Participações S.A**

Alameda Maria Tereza, n.º 2.000, sala 6

CEP - 13.278-181 – Dois Córregos - Valinhos

At.: Sr. José Augusto Gonçalves de Araujo Teixeira / Sr. Marcos Lima Verde Guimarães

Junior/ Sra. Monica Nunes Teixeira Pinto

Tel.: (19) 3512-1771

Fax: (19) 3512-1752

e-mail: dri@unianhanguera.edu.br / marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br /

monica.nunes@unianhanguera.edu.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

**SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares,

São Paulo, SP

At.: Sr. Felipe Coimbra Alois André

Tel.: (11) 3048-9763

Fax: (11) 3048-9010

E-mail: felipe@slw.com.br

(c) Para a Fiadora:

**Anhanguera Educacional S.A.**

Al. Maria Tereza, nº 2000, sala 01

CEP 13278-181, Bairro Dois Córregos

Valinhos – SP

At.: Sr. José Augusto Gonçalves de Araujo Teixeira / Sr. Marcos Lima Verde Guimarães

Junior/ Sra. Monica Nunes Teixeira Pinto

Tel.: (19) 3512-1770

Fax: (19) 3512-1770

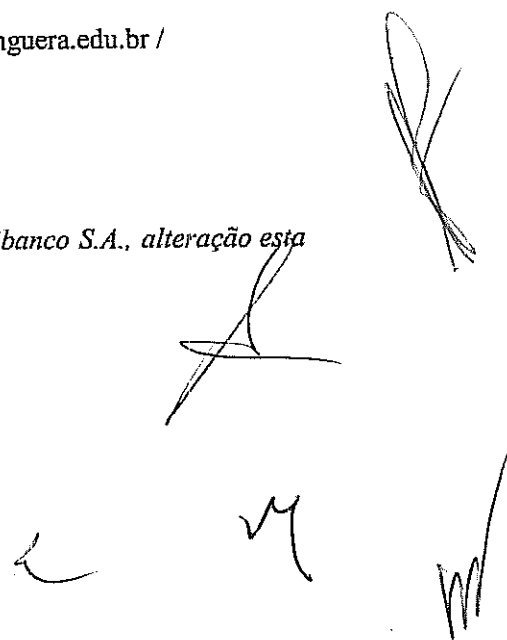
Email: dri@unianhanguera.edu.br / marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br /

monica.nunes@unianhanguera.edu.br

(d) Para o Banco Mandatário:

**Banco Itaú S.A.** (cuja denominação foi alterada para Itaú Unibanco S.A., alteração esta que está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil)

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, Jabaquara



CEP - 04344-902 - São Paulo - SP  
At.: Luiz Loureiro  
Tel.: (11) 5029-1905  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: Luiz.loureiro@itau.com.br

(e) Para o Agente Escriturador:  
**Itaú Corretora de Valores S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Luiz Loureiro  
Tel.: (11) 5029-1905  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

(f) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**  
Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ  
Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP  
Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

(g) Para a BM&FBOVESPA:

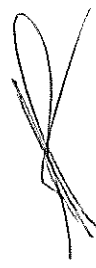

**BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS**  
Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP  
Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP  
Site: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

### 3.17. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para reforçar o caixa da Companhia e alongar o perfil da dívida total da Emissora, bem como para financiar a expansão de suas atividades, conforme descrito no prospecto preliminar da Emissão (“Prospecto Preliminar”) e a ser descrito no prospecto definitivo da Emissão (“Prospecto Definitivo”, e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os “Prospectos”).

### 3.18. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.





### 3.19. Banco Mandatário

O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A. (cuja denominação foi alterada para Itaú Unibanco S.A., alteração esta que está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil) ("Banco Mandatário").

#### 3.19.1. Agente Escriturador

O agente escriturador da Emissão é o Itaú Corretora de Valores S.A. ("Agente Escriturador").

### 3.20. Fiança

**3.20.1.** A Fiadora assume, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração da 1ª Série e da Remuneração da 2ª Série, se for o caso, e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

**3.20.2.** O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

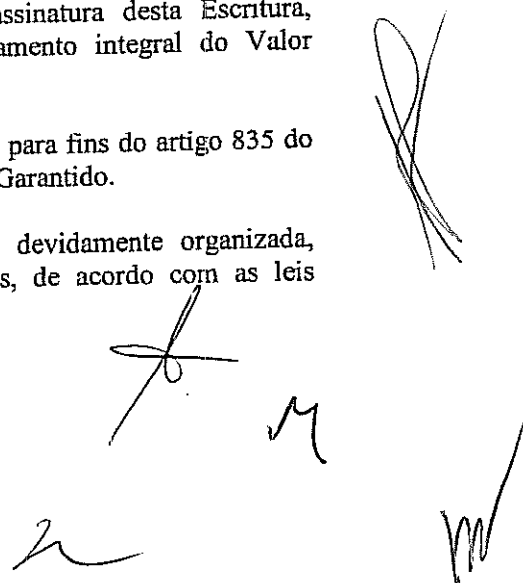
**3.20.3.** A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

**3.20.4.** A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança.

**3.20.5.** A presente fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

**3.20.6.** A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

**3.20.7.** A Fiadora declara que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the right side, there is a large, stylized signature. Below it and to the left, there are several smaller initials and signatures, including one that looks like 'M' and another that looks like 'h'.

brasileiras; está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da fiança ora estabelecida e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Fiadora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições; a celebração deste instrumento e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Fiadora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e as obrigações aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os titulares das Debêntures e a Fiadora; b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial.

**3.20.8.** Nas hipóteses de ocorrência, com relação à Fiadora, de qualquer dos eventos a que se refere a Cláusula 8 desta Escritura, o Agente Fiduciário requererá a substituição da fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

**3.20.9.** Na hipótese a que se refere a Cláusula 3.19.8 acima, a fiança da Fiadora somente poderá ser substituída por fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "brAA", conferida pela Standard & Poor's, Moodys América Latina e/ou Fitch Ratings.

**3.20.10.** Exceto na hipótese de que trata a Cláusula 3.20.9 acima, a substituição da Fiadora estará sujeita à prévia aprovação dos Debenturistas.

**3.20.11.** Conforme indicado na Cláusula 1.3 acima, a fiança de que trata esta Cláusula foi devidamente aprovada em RCA da Fiadora, nos termos do artigo 10, parágrafo 5º, alínea (ix) do seu Estatuto Social, realizada em 3 de setembro de 2009 e re-ratificada na presente data.

**3.20.12.** A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos em razão das Debêntures.

### **3.21. Oferta de Resgate Antecipado**

Sem prejuízo do disposto na Cláusulas 4.6 e 5.9 abaixo, a Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de

Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures (da 1ª e/ou 2ª Séries), endereçada aos Debenturistas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) Emissora comunicará os Debenturistas acerca da intenção de realizar uma Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de um edital e solicitará aos Debenturistas que indiquem sua intenção de aderir à oferta, os quais deverão se manifestar com no mínimo 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação da Oferta de Resgate Antecipado");
- (b) o edital da Oferta de Resgate Antecipado deverá indicar se a oferta é direcionada aos Debenturistas da 1ª Série, da 2ª Série ou a ambos, e estabelecerá os respectivos prêmios, conforme o caso, que serão pagos aos Debenturistas que aderirem à oferta;
- (c) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que o número ao qual a referida oferta foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, cujo procedimento será definido em edital. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado;
- (d) na Data de Liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora irá proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data;
- (e) caso as Debêntures estejam custodiada no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização; e
- (f) caso as Debêntures estejam custodiada na BMF&FBovespa, o evento seguirá os procedimentos da BMF&FBovespa. Para tal a BMF&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

**3.31.1.** No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série e/ou da 2ª Série, para as Debêntures da 1ª e 2ª Séries registradas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado parcial quanto do processo de resgate antecipado total, de habilitação dos Debenturistas.

qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

**3.31.2.** No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série e/ou da 2ª Série, para as Debêntures da 1ª e 2ª Séries registradas na BovespaFix, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado parcial quanto do processo de resgate antecipado total, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da BM&FBovespa. Fica definido que, caso a BM&FBovespa venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

## **DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE**

### **4.1. Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado nas Debêntures da 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

### **4.2. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 3 de novembro de 2012 (“Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”).

### **4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será integralmente devido na Data de Vencimento.

### **4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série (“Rendimento da 1ª Série”)**

#### **4.4.1. Atualização da 1ª Série**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

#### 4.4.2. Remuneração da 1ª Série

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 1ª Série") correspondente à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, capitalizada de um spread, ou sobretaxa, equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao spread máximo de 2,65 % ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal da Emissão ou saldo do Valor Nominal da Debênture, a partir da Data da Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.4.2.5 abaixo.

4.4.2.3. A Remuneração da 1ª Série mencionada na Cláusula 4.4.2.2 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão.

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.4.2.5 abaixo.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- |                   |   |   |
|-------------------|---|---|
| <i>J</i>          | = | valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;  |
| <i>VNe</i>        | = | valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;                                     |
| <i>FatorJuros</i> | = | fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma: |

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

$FatorDI$  = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k$  = 1, 2, ...,  $n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

$FatorSpread$  = sobretaxa de juros fixos acrescida ao rendimento de uma debênture referenciada em taxas flutuantes, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- spread* = Spread, ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
- n* = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP* = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT* = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.4.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de

Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

**4.4.2.8.** Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

**4.4.2.9.** Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada; ou

(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, conforme abaixo definido, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em



prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

**4.4.2.10.** A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelo Coordenador Líder, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*").

**4.4.2.10.1.** O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento desta Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

**4.4.2.11.** O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) jornal "Valor Econômico"; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

**4.4.2.12.** O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 3, nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 3 de maio de 2010 e o último pagamento em 3 de novembro de 2012, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
3 de maio de 2010
3 de novembro de 2010
3 de maio de 2011
3 de novembro de 2011
3 de maio de 2012
3 de novembro de 2012

#### 4.5. Integralização

A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição, conforme disposto na Cláusula 4.7 abaixo.

#### 4.6. Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, e a partir do 18º mês contado da Data da Emissão ("Data de

Início do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série”) realizar o resgate antecipado compulsório das Debêntures da 1ª Série, total ou parcial, endereçada aos Debenturistas (“Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série”). O Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

- (a) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série por meio da publicação de um aviso sobre o Resgate Antecipado Compulsório, com no mínimo 4 (quatro) dias de antecedência da data definida para a liquidação antecipada (“Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório”);
- (b) caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Compulsório parcial das Debêntures da 1ª Série, tal resgate será feito mediante sorteio, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado Compulsório;
- (c) na Data de Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido do rendimento aplicável e acrescido também de um prêmio, conforme o seguinte cálculo:

$P = d/D * 1,0\%$ , onde:

$P$  = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série;

$d$  = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório e a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série;

$D$  = quantidade de dias corridos entre a Data de Início do Resgate Antecipado Compulsório da 1ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

- (d) caso as Debêntures da 1ª Série estejam custodiadas na SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização;
- (e) caso as Debêntures da 1ª Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o evento seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tal a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora

4.6.1. No caso de Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série registrada no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado Compulsório será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no

2

14

14

mercado secundário”, sendo que todas as etapas, tanto do processo de Resgate Antecipado Compulsório, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

**4.6.2.** No caso de Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série registrada na BovespaFix, a operacionalização do Resgate Antecipado Compulsório será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas, tanto do processo de Resgate Antecipado Compulsório, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da BM&FBovespa. Fica definido que, caso a BM&FBovespa venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

#### **4.7. Preço e Prazo de Subscrição**

As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.2 desta Escritura. O prazo de subscrição e integralização das Debêntures é de até 5 dias úteis a contar da data da publicação do anúncio de início da Emissão de Debêntures.

### **DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE**

#### **5.1. Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado nas Debêntures da 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento desta Escritura.

#### **5.2. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 3 de novembro de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

### 5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização da 2ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
3 de novembro de 2013	50%
3 de novembro de 2014	50%

### 5.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série ("Rendimento da 2ª Série")

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 2ª Série (conforme definida na Cláusula 5.4.1 abaixo) e pela Remuneração da 2ª Série (conforme definido na Cláusula 5.6 abaixo) ("Rendimento da 2ª Série"):

#### 5.4.1. Atualização da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 2ª Série") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização da 2ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

$VNa$  = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- $n$  = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo  $n$  um número inteiro;
- $NI_k$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- $NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";
- $Dup$  = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;
- $Dut$  = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão  $\left( \frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$ .

- i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;
- iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;

iv. Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

**5.4.1.1.** No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

**5.4.1.1.1.** Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (Taxa Substitutiva). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

**5.4.1.1.2.** Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

**5.4.1.1.3.** Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o

caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência do IPCA será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado; ou

(b) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em AGD, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula 10.4. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

#### 5.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 2ª Série

A Atualização das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definida) será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela da Cláusula 5.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização da 2ª Série, conforme tabela abaixo; e/ou (ii) por ocasião do Resgate Antecipado que trata a Cláusula 5.9 abaixo.

Pagamento da Atualização da 2ª Série
3 de novembro de 2013
3 de novembro de 2014

#### 5.6. Remuneração da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da 2ª Série") correspondente a, no máximo, 300bps sobre a NTN-B de vencimento em maio de 2015, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 2ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

5.6.1. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série" como sendo o

intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 2ª Série, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração da 2ª Série correspondente aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série será devida anualmente, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de novembro de 2010 e os demais nos anos subsequentes, terminando em 2014, sempre no dia 3 de novembro de cada um desses anos.

**5.6.2.** O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

*J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

*VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:*

*O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:*

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

*J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;*

*VNa = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;*

*FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*



$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- n* = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
- DP* = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;
- DT* = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

### 5.7. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série

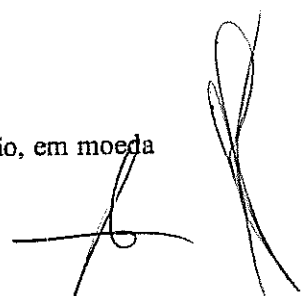
O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
3 de novembro de 2010
3 de novembro de 2011
3 de novembro de 2012
3 de novembro de 2013
3 de novembro de 2014

### 5.8. Integralização

A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

### 5.9. Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série






A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, e a partir do 36º mês contado da Data da Emissão ("Data de Início do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série") realizar o resgate antecipado compulsório das Debêntures da 2ª Série, total ou parcial, endereçada aos Debenturistas ("Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série"). O Resgate Antecipado da 2ª Série será operacionalizado da seguinte forma:

- (a) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série por meio da publicação de um aviso sobre o Resgate Antecipado Compulsório, com no mínimo 4 (quatro) dias de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório");
- (b) caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado Compulsório parcial das Debêntures da 2ª Série, tal resgate será feito mediante sorteio, cujo procedimento será informado no aviso. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado;
- (c) na Data da Liquidação Antecipada do Resgate Compulsório a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado não amortizado, acrescido do rendimento aplicável e acrescido também de um prêmio, conforme o seguinte cálculo:

$$P = d/D * 1,5\%, \text{ onde:}$$

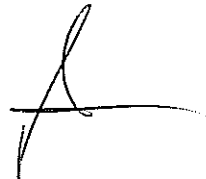
*P = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série;*

*d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a Data da Liquidação do Resgate Antecipado Compulsório e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série;*

*D = quantidade de dias corridos entre Data de Início do Resgate Antecipado Compulsório da 2ª Série e a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.*

- (d) caso as Debêntures da 2ª Série estejam custodiadas na SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização;
- (e) caso as Debêntures da 2ª Série estejam custodiadas na BM&FBovespa, o evento seguirá os procedimentos da BM&FBovespa. Para tal a BM&FBovespa deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.



5.9.1. No caso de Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série registrada no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado Compulsório será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas, tanto do processo de Resgate Antecipado Compulsório, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.9.2. No caso de Resgate Antecipado Compulsório das Debêntures da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série registrada na BovespaFix, a operacionalização do Resgate Antecipado Compulsório será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas, tanto do processo de Resgate Antecipado Compulsório, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da BM&FBovespa. Fica definido que, caso a BM&FBovespa venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

#### 5.10. Preço de Subscrição

As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 5.4.1 e 5.6 desta Escritura. A Atualização utilizará como projeção a taxa do IPCA disponibilizada pela ANDIMA.

#### DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

(c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;

(d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo); e

(e) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios e que possam impactar adversamente, de forma significativa, na condução de seu negócios, observado o disposto no Prospecto Preliminar e o que constará no Prospecto Definitivo.

**6.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula 8 abaixo, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(b) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(g) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(h) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

(i) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora.

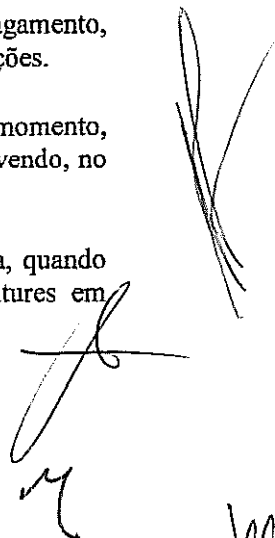

## **DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA**

### **7.1. Aquisição Facultativa**

**7.1.1.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

**7.1.2.** As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

**7.1.3.** As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.



## VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, não sanado no prazo de 5 dias;
- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Emissora e/ou pela Fiadora a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, nos documentos relativos das Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos Debenturistas;
- (d) anulação, nulidade ou inexecutibilidade quanto à emissão das Debêntures e/ou à fiança prestada pela Fiadora;
- (e) (a) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Fiadora; (c) pedido de falência da Emissora e/ou da Fiadora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da Fiadora;
- (f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora, sem a anuência dos titulares das Debêntures, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo da Emissora e desde que em observância ao item (h) abaixo se for o caso;
- (h) fusão, cisão ou incorporação da Emissora e/ou da Fiadora sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo da Emissora e desde que a entidade resultante (i) permaneça dentro do referido grupo; e (ii) tenha atividade operacional em concordância com o objeto social da Emissora;
- (i) mudança de titularidade do Poder de Controle da Emissora e/ou da Fiadora (tal como definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBovespa), excetuado, com relação exclusivamente à Emissora, a hipótese de mudança de titularidade do Poder de

Controle (tal como definido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBovespa) decorrente (a) da diluição do atual detentor de tal Poder de Controle em aumentos de capital da Emissora e/ou (b) de operações visando a migração da Emissora para níveis de governança corporativa superiores ao nível atual da Emissora, e/ou (c) da venda em bolsa de valores de forma pulverizada e não organizada para vários comitentes compradores, e/ou (d) de ofertas públicas secundária, e desde que, em todas as hipóteses acima, a Emissora apresente aos Debenturistas no prazo de até 30 (trinta) dias após a ocorrência de qualquer destes eventos 02 (duas) classificações de risco de crédito, sendo uma delas emitida pela Standard & Poors e outra por uma agência de classificação de risco a ser escolhida pela Emissora entre a Moody's e a Fitch Ratings, indicando em ambos os relatórios classificação de risco de, no mínimo, A em escala local (ou rating equivalente a A2 pela Moody's) para as 02 (duas) agências de rating;

- (j) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora que modifique substancialmente as atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas;
- (k) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até cinco dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGPM;
- (l) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (m) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM, não sanado no prazo de dez dias contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença;
- (n) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões) (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM,

exceto se, no prazo de quinze dias úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, o sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;

- (o) comprovação de que qualquer declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão, incluindo o Contrato de Distribuição e esta Escritura, são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto relevante;
- (p) não manutenção, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional;
- (q) restrição para pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remessa de recursos aos acionistas caso haja qualquer inadimplemento pecuniário ou não pecuniário da Emissora na Emissão, na forma prevista nos itens "a" e "b" acima; e
- (r) covenant financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado inferior a 3,0 (três inteiros), sendo que (a) "Dívida Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referente às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas; e (b) "EBITDA Ajustado" significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização de ágio, líquida de deságio.

8.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (k), (l), (m) e (n) da Cláusula 8.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas da Cláusula 8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembléia dos titulares das Debêntures a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

8.3 Na Assembléia mencionada na Cláusula 8.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula 10 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

8.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares das Debêntures mencionada na Cláusula 8.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o



exercício da faculdade prevista na Cláusula 8.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

8.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 3.16 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.13 acima.

## DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").

### 9.2. Substituição

9.2.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.2. Se a convocação da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 9.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

L

A

M

M

**9.2.3.** A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 9.2.7 abaixo.

**9.2.4.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

**9.2.5.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**9.2.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

**9.2.7.** O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

**9.2.8.** A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

**9.2.9.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

**9.2.10.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

### **9.3. Deveres**

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e ao SDT, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição

ou colocação das Debêntures no mercado; (v) resgate, amortização, conversão, repactuação, aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) no BM&FBOVESPA e no SDT; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 8.1 acima e convocar Assembléia Geral de Debenturista dentro do prazo estabelecido na Cláusula 8.1 na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;

(t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao BM&FBOVESPA e (iii) ao SDT;

(u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista no item 6.2 (f) acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;

(v) verificar a regularidade da constituição das garantias fidejussórias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

(w) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, inclusive nas hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado e de Resgate Antecipado Compulsório, conforme previstas nesta Escritura, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas

#### 9.4. Atribuições Específicas

9.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

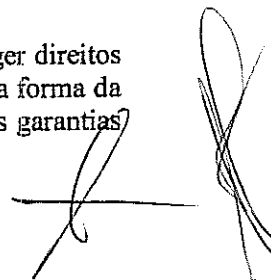
(c) requerer a falência da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 dias; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 dias.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da mesma Cláusula.

9.4.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente, ressarcido pela Emissora.

9.4.3.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 9.4.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



## **9.5. Remuneração**

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

**9.5.1.** Parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais), devida a primeira 5 dias após a data de assinatura desta Escritura de Emissão de Debêntures e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento;

**9.5.2.** A parcela disposta na Cláusula 9.5.1. acima será atualizada pelo IGP-M a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela.

**9.5.3.** A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

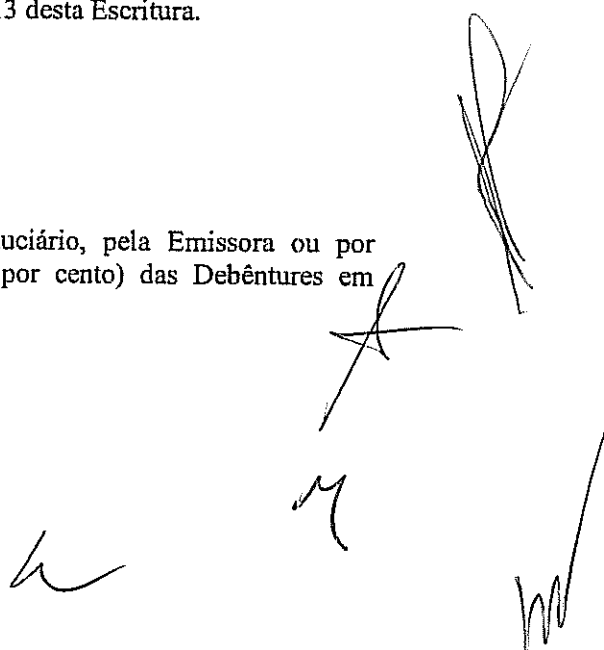
**9.5.4.** No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**9.5.5.** No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da cláusula 3.13 desta Escritura.

## **DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS ("AGD")**

### **10.1. Convocação**

**10.1.1.** A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There are three distinct signatures: a large, stylized one at the top right, a smaller one in the middle, and another at the bottom right. There are also some initials or marks scattered around these signatures.

**10.1.2.** A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

## **10.2. Quorum de Instalação**

**10.2.1.** A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

**10.2.2.** Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

## **10.3. Mesa Diretora**

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

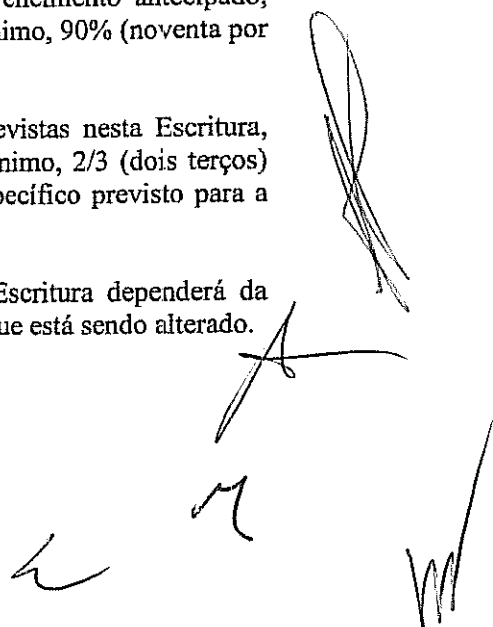
**10.4.1.** Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

**10.4.2.** A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

**10.4.3.** As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, alteração nas condições de resgate antecipado de qualquer modificação na cláusula de vencimento antecipado, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

**10.4.4.** Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

**10.4.5.** Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.



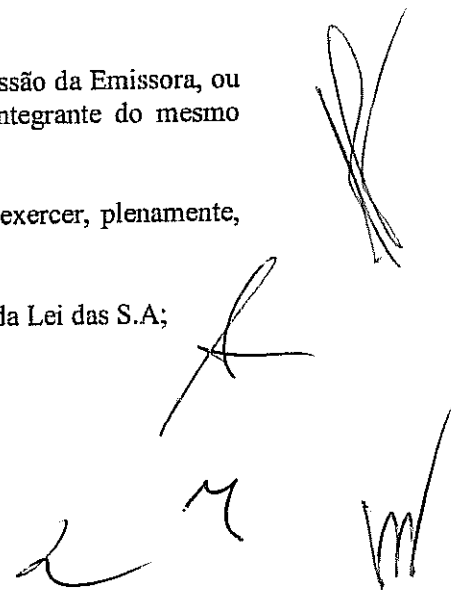
10.4.6. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

## DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculante do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º "a" da Lei das S.A;





- (k) aceita integralmente todas as cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

### 11.2. Declarações e Garantias da Emissora e da Fiadora

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.20.6 acima, a Emissora e a Fiadora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Fiadora sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pela Fiadora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e da Fiadora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e da Fiadora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora e da Fiadora são verdadeiras;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora e à Fiadora foram dadas de boa-fé, sendo

expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,

(h) não há fatos relativos à Emissora e à Fiadora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Fiadora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

(i) as informações da Emissora e da Fiadora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(j) a Emissora e a Fiadora estão cumprindo, todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora e da Fiadora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira; e

(l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**12.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

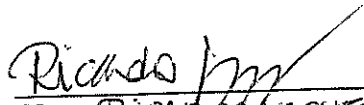
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 25 de setembro de 2009

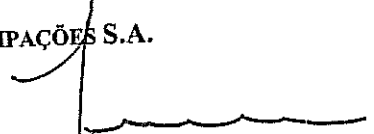


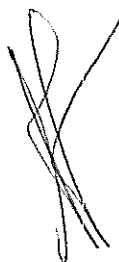
*Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples,  
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória da  
Anhanguera Educacional Participações S.A.*


ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

  
Nome: RICARDO LEONEL SCAVATZA  
Cargo: DIR. VICE PRES. OPERAC.

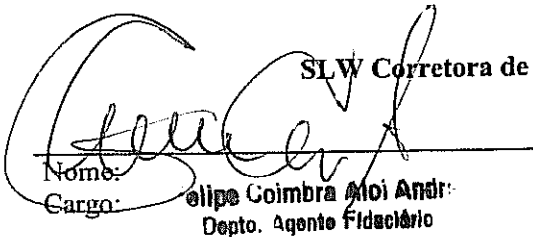
Nome:  
Cargo:

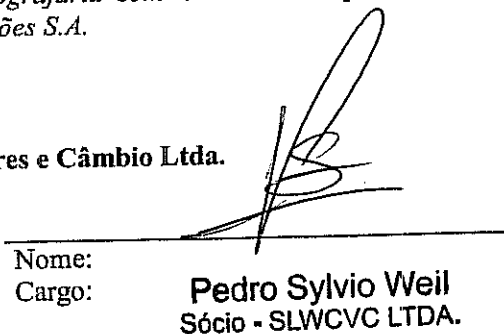
  
MARCOS L. J. GUIMARÃES  
Dir. Financeiro





*Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória da Companhia Anhanguera Educacional Participações S.A.*

  
Nome: **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.**  
Cargo: **Felipe Coimbra Alói André**  
**Depto. Agente Fiduciário**

  
Nome: **Pedro Sylvio Weil**  
Cargo: **Sócio - SLWCVC LTDA.**







*Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória da Companhia Anhanguera Educacional Participações S.A.*

**Anhanguera Educacional S.A.**

*Ricardo*


Nome: RICARDO LEONEL SCAVAZZA  
Cargo: DIR. SUPERINTENDENTE

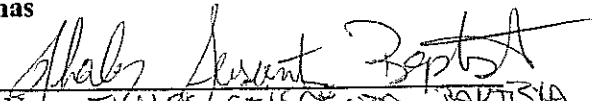
*[Handwritten signature]*

Nome: ANTONIO GONCALVES DE CAMARGO  
Cargo: DIR. DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

*Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória da Anhanguera Educacional Participações S.A.*

**Testemunhas**

  
 Nome: ALEXANDRE PEDROSO  
 RG: 29.201.720-0  
 CPF 998.699.295-20

  
 Nome: THALES SALSCENTO BAPTISTA  
 RG: 74757 606 4

